

CAMILA ARAÚJO SÁ

**Cultura afro-brasileira, memória e patrimônio: uma análise a partir da  
Biblioteconomia e da Ciência da Informação**

São Paulo  
2020

CAMILA ARAÚJO SÁ

**Cultura afro-brasileira, memória e patrimônio: uma análise a partir da  
Biblioteconomia e da Ciência da Informação**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em  
Biblioteconomia, apresentado ao Departamento de  
Informação e Cultura.

Orientação: Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

São Paulo  
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Sá, Camila Araújo

Cultura Afro-Brasileira, memória e patrimônio : uma análise a partir da Biblioteconomia e da Ciência da Informação / Camila Araújo Sá ; orientador, Marivalde Moacir Francelin. -- São Paulo, 2020.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Memória Social 2. Cultura Afro-Brasileira 3. Patrimônio  
4. Identidade 5. Ciência da Informação I. Francelin,  
Marivalde Moacir II. Título.

CDD 21.ed. - 020

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Sá, Camila Araújo

Título: Cultura afro-brasileira, memória e patrimônio: uma análise a partir da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Aprovado em:12/08/2020

Banca:

Nome: Prof. Dr. Alexino Ferreira

Instituição: Universidade de São Paulo

Nome: Prof. Dr. Ivan Siqueira

Instituição: Universidade de São Paulo

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus ancestrais, que me guiaram e me deram resiliência para seguir firme, mesmo quando o bem viver para mulheres negras e periféricas é algo negado pela conjuntura social.

À dona Laura, que me guiou para o amor. Que me ensinou a ser valente e sensível, que com candura e força, me moldou para o mundo.

Ao meu pai, pelas palavras de incentivo.

Aos meus irmãos que se tornaram os melhores companheiros e confidentes durante esse período.

Às minhas amigas e companheiras de luta, trabalho e vida: Vânia, Ana, Fernanda, Skarleth e Ellen. Obrigada pelas conversas e confidências em bares que também deram material para este trabalho.

Aos meus amigos do Baque CT e de vida: Well, Barbara, Jonas, Matheus, Guilhermes, Gabriel, Luciana. Obrigada por me apresentar ao Maracatu e me permitirem viver momentos incríveis.

À Bruna, que tornou todos os meus dias na Universidade mais leves. Obrigada pelas gargalhadas e aprendizados, levarei você sempre comigo.

Aos colegas de trabalho no SENAC Itaquera, mas especialmente ao Daniel pela companhia diária, pelas músicas, filmes, shows e incentivos para realizar coisas incríveis na Biblioteca.

Ao professor Marivalde pela dedicação em me orientar. Primeiramente agradeço por ter aceitado prontamente me auxiliar nesta jornada, agradeço pela paciência e pelas palavras gentis ao corrigir este trabalho. Ajudou este desafio a se tornar mais leve e possível.

Aos coletivos e pessoas incríveis de Cidade Tiradentes, bairro que me inspira a lutar cotidianamente.

A todos que me auxiliaram de alguma forma, seja me ouvindo, dando palpites, ou por ter me dado espaço e apoio moral para que eu finalmente completasse esta etapa de vida.

## RESUMO

Verifica como memória, patrimônio e cultura afro-brasileira são abordados na Ciência da Informação e Biblioteconomia através de artigos científicos. Recupera-se discussão sobre cultura e conhecimento afro-brasileiro, sobre Memória Social e sua incidência na Ciência da Informação, traz conceitos acerca de patrimônio e cultura e relação com identidade. A hipótese é que o processo histórico de escravização e racismo escamotearam os saberes da população afro-brasileira e ainda existe dificuldade de acessar estas memórias. Nos artigos recuperados percebe-se discussões voltadas a compreensão do paradigma de pesquisa científica em Ciência da Informação e a ausência de temáticas étnico-raciais, na Organização do Conhecimento e Informação, no Desenvolvimento de coleções e teoria de Ação Cultural. Há uma ênfase da parte dos autores pesquisados em afirmar a necessidade do campo em incluir e inserir as memórias e conhecimentos da população étnica supracitada, desde à Universidade até as unidades de informação. Conclui – se que este campo de pesquisa ainda está em desenvolvimento. Reitera a importância de busca da pluralidade e diversidade em Ciência da informação, para que abarque todos os saberes de identidades distintas.

**Palavras-Chave:** Memória Social; Cultura; Patrimônio; Identidade; Afro – brasileiros; Biblioteconomia; Ciência da Informação

## **ABSTRACT**

It checks how memory, heritage and Afro-Brazilian culture are approached in Information Science and Library Science through scientific articles. It recovers a discussion about Afro-Brazilian culture and knowledge, about Social Memory and its impact on Information Science, it brings concepts about heritage and culture in relationship with identity. The hypothesis is that the historical process of slavery and racism stole the knowledge of the Afro-Brazilian population and, nowadays, there is a difficulty in accessing it in the information units. In the recovered articles it is possible to realize discussions aimed to the understanding of the scientific research paradigm in Information Science and the absence of ethnic-racial themes, in the Organization of Knowledge and Information, in the Development of collections and Cultural Action theory. There is an emphasis on the part of the researched authors in affirming the need of the scientific field to include and insert the memories and knowledge of the above-mentioned ethnic population, from the University to the information units. It follows that this research field is still under development. It reaffirms the importance of seeking plurality and diversity in Information Science, so that it can encompass all knowledge with different identities.

**Keywords:** Social memory; Culture; Heritage; Identity; Afro – Brazilians; Library Science; Information Science.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1. 1 Problema de Pesquisa.....	12
1. 2 Hipótese.....	12
1. 3 Objetivos.....	13
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONHECIMENTO E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE.....</b>	<b>16</b>
<b>3. MEMÓRIA SOCIAL.....</b>	<b>22</b>
3. 1 Memória e Ciência da Informação.....	27
3. 2 Dispositivos de Informação.....	28
3. 3 Registro da Memória: Os suportes de Informação.....	30
<b>4. PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE.....</b>	<b>33</b>
<b>5. ANÁLISE: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE CULTURA AFRO – BRASILEIRA NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
5.1 Mudança de paradigma de pesquisa na Ciência da Informação.....	39
5.2 Repensando Memória e Patrimônio.....	42
5.3 Organização da Informação e do conhecimento sob a perspectiva étnico – racial.....	45
5.4 Desenvolvimento de coleções e mediação: alternativas para preservação e difusão de memórias afro-brasileiras.....	49
5. 5 Revisitar o passado no presente para construir um futuro na Ciência da Informação.....	52
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sankofa é um dos ideogramas utilizados pelo sistema de escrita Adinkra, pertencente aos povos Akan, da África Central. Sankofa é uma ave migratória, na sua representação ele está sempre olhando para trás. Descreve que, apesar do pássaro voar para frente, olha continuamente para trás, para o seu passado: “Não importa quão longe estejas, há de retornar para casa”. Simbólico, o mito tem a finalidade de dizer que é importante aprender com o passado. Para a filosofia africana há uma ideia de continuidade dos saberes, o conhecimento do mundo contemporâneo só é possível através dos ancestrais que resguardaram fatos antecedentes.

Já os Bântu Kôngo acreditam e ensinam que os seres humanos estão apenas equipados, desde sua concepção, com a possibilidade de inserção de dados. Sua inteligência torna – se ativa quando são preenchidos de conhecimentos. A cosmogonia africana conecta o conhecimento e a racionalidade ao que provém da terra, das florestas, de tudo que é natural, os povos Bantu Kongo conectam o ato de saber aos ancestrais e aos elementos da natureza.

Eles são computadores vivos carregando grandes, poderosos armazéns para serem cheios com dados ou informações. Seus movimentos em todas as direções (para frente, para trás, à direita, à esquerda, para cima, para baixo e para dentro de si) é intencionado essencialmente para coleção de dados. Esses dados ajudam ao Muntu Ser humano construir o que ele chama nzailu conhecimento. (FU KIAU, 1998, p. 6)

Essas experiências sociais, bem como pensamentos, filosofias e modos de organização, perpassadas através de mitos, demonstram que, para a comunidade afro-brasileira, herdeira de elementos culturais distintos de diversos povos provenientes de África, a concepção de conhecimento e informação está ancorada em tradições, formas de ver o mundo e, principalmente, nas memórias.

A Ciência da Informação por seu caráter transdisciplinar pode ser uma das áreas a contribuir no processo de organização da memória, fomentando estudos e pesquisas que tenham como enfoque os lugares de memória, a organização e a difusão das informações. A disciplina Memória Social trata do estudo sobre as memórias contidas na sociedade, os fazeres sociais e seus produtos culturais, que são compartilhados no cotidiano através da oralidade ou do registro. Seu desdobramento na Ciência da Informação se dá nas áreas como a Museologia,

Arquivologia e a Biblioteconomia, áreas que lidam diretamente com a informação através dos documentos.

Nesse contexto, talvez, seja necessário pensar como se valida e se reconhece determinadas memórias, marcadas por conflitos sociais. O que se mantém, ou como é validado os conhecimentos sobre determinadas populações na constituição dos lugares de memória e/ou dispositivos informacionais?

O objetivo geral deste trabalho é analisar conhecimento, informação, memória e patrimônio no contexto da cultura Afro-Brasileira. Como objetivo específico, pretende-se observar como estas temáticas se apresentam em artigos científicos de Ciência da Informação. Estes objetivos, no entanto, não são definitivos, a tentativa é observar o campo científico e questionar como memória, patrimônio e conhecimento afro – brasileiro podem ser abordados e como estão presentes nas unidades de informação, nas disciplinas, e no fazer profissional. Caracterizado pela diversidade étnico - racial, diferentemente do que se pressupõe (uma harmonia e ou convivência pacífica entre os diversos setores sociais) o Brasil é profundamente marcado pelo racismo que se manifesta nas mais variadas formas. Uma delas é na própria ideia de construção conhecimento. Onde e como são representados os conhecimentos de uma população que é a maioria? Estes são importantes e abordagem para os campos de pesquisa em Ciência da Informação?

Nesse sentido, também, viu-se a necessidade de compreender o que é Memória Social, e como ela se apresenta em materialidade nas instituições de informação como documento e patrimônio em sua relação com a Ciência da Informação. Relevantes e fundamentais para a construção e perpetuação de identidades, as memórias devem ser preservadas e difundidas. Mas é importante compreender que instituir e/ ou armazenar e viabilizar, passa por questões ideológicas, ou seja, as escolhas sobre o que será ou não preservado não são processos idílicos, esvaziados de intenção, são circunstanciais voltados à uma finalidade política. Reflete-se também sobre cultura e seu significado e a compreensão do patrimônio a partir da Ciência da Informação, ou seja, como esses patrimônios informam e se ligam à memória social de uma comunidade e são importantes e fundamentais na representação de uma identidade.

Nos artigos analisados, se percebe uma abordagem crítica. Os pesquisadores partem da perspectiva da ausência dessas temáticas (*não, existência, silenciamento, esquecimento* etc.) para enfim propor *inclusão, centralidade e consideração*. Percebe-se que os conflitos raciais estão evidenciados em todas as relações e o campo da Ciência da Informação não estaria isento destas discussões, que passam a ser tão urgentes na pós-modernidade do fazer científico.

### **1. 1 Problema de pesquisa**

A diáspora africana no Brasil é um fato, vemos isso no legado da cultura e da formação étnica da população. A Ciência da Informação é um campo que se desenvolveu para investigar o fenômeno da informação e conhecimento na sociedade, sendo assim, todo conhecimento deveria ser considerado válido. Para esta pesquisa surge a seguinte pergunta: **Qual a abordagem para memória, patrimônio e cultura afro-brasileira no seio da Ciência da Informação?**

### **1. 2 Hipótese**

Ciência da Informação está ligada ao processo informativo, dos estudos à organização e difusão de informações. Os princípios do reconhecimento da diversidade e de uma pluralidade social deveriam, também, estar implícitos neste campo, pois ao conceber a estratificação social, não se contempla as necessidades de informação de determinados grupos, considerados minoritários.

Talvez seja necessário pensar sobre o processo de validação e reconhecimento de memórias, o contexto em que se inserem, e na instituição de lugares de memória e a quem e ao que se destinam. Em quais condições foram criados? E a ideia de patrimonialização passa por quais pré - concepções?

Como consequência do processo histórico de escravização e desigualdades socio económicas resultantes, a maioria dos afrodescendentes foram e ainda são privados de conhecer suas próprias histórias, principalmente pela falta de registros históricos e documentados e/ou difusão e preservação por parte das instituições públicas. Os povos afro-brasileiro, ao longo do processo colonial foram mortos real e simbolicamente, muitas vezes como supressão às suas manifestações culturais,

religiosas, míticas etc. Tem-se como pressuposto que a própria forma de registro da memória de grupos ancestrais é baseada na oralidade, dificultando a sua permanência no tempo e o acesso mais amplo. Somente através do registro é possível acessar estas memórias e conhecimentos relevantes para a formação de identidade cultural de uma comunidade.

O desconhecimento desta história evidencia outra faceta do problema, que seria sobre acesso às fontes e a disseminação da informação seja através dos dispositivos de informação, ou seja na produção científica sobre. Como preservar e difundir as memórias afro-brasileiras?

### **1. 3 Objetivos**

#### **Objetivo Geral**

Analisar como os temas: Memória, Conhecimento, Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro são retratados na Pesquisa em Ciência da Informação.

#### **Objetivos Específicos**

- a) Compreender o que seriam as memórias sobre este grupo étnico e como e onde estão registradas.
- b) Apresentar o conceito de patrimônio e os processos para a institucionalização de memórias.
- c) Analisar como os dispositivos de informação processam estes conhecimentos.
- d) Discutir os estudos na área de Ciência da Informação sobre a temática.

Para elaborar a discussão sobre Memória e Patrimônio dentro de Ciência da Informação, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos que contemplassem os temas levantados. Como perspectiva selecionou - se trabalhos sobre Memória Social, Memória e Identidade, Memória e Ciência da Informação, Patrimônio voltados especificamente para a temática étnico - racial, e com recorte maior ainda para a identidade afro-brasileira. Esse levantamento foi realizado na BRAPCI, (Base de dados da área de Ciência da Informação). Após análise, que tomou como critérios os objetivos da pesquisa, 34 documentos foram selecionados, retiramos os documentos repetidos ou que não pertenciam aos temas supracitados. Fez-se uma análise de

conteúdo delimitando os objetivos do trabalho. Percebeu-se uma produção expressiva de artigos com as temáticas supracitadas.

Antes de passarmos para a revisão da primeira parte, destaca-se que a monografia está organizada da seguinte maneira: no primeiro tópico há uma breve explanação sobre aspectos gerais de cultura, conhecimentos e memória que atreladas formariam a identidade afro-brasileira, uma identidade que está em processo de construção. (MUNANGA, 1990). Através de Quijano (2014) e González (1988), se faz, também, uma reflexão acerca do contexto histórico da escravização e colonização que desencadeiam no apagamento destes conhecimentos e saberes.

No segundo tópico discute se essencialmente sobre o conceito de Memória Social, recuperando autores clássicos como Halbwachs e Le Goff. Interdisciplinar, se faz necessário inseri-la no contexto da Ciência da Informação, essa discussão é possível através de pesquisadores como Gondar (2005), Dodebei (2011), Murguia (2010) entre outros, que a relaciona as informações que estas memórias carregam, materializadas em documentos de distintas naturezas e nos dispositivos de informação onde estão alocados.

O terceiro tópico é um levantamento de conceitos sobre Cultura, Identidade e Patrimônio. São conceitos extremamente complexos, e uma monografia talvez não desse conta de abordá-los apropriadamente, mas é possível fazer uma discussão sobre os fazeres culturais, a formação das identidades e os patrimônios como produtos de uma interação social. Marteleto (1995), Rios (1993) e Hall (2006) foram autores importantes para fundamentar os conceitos.

Por último, uma análise e discussão temática daquilo que se considera o tema principal dos artigos científicos em revistas e eventos de Ciência da informação. A partir dos repositórios foram recuperados artigos das temáticas inicialmente apresentadas, observando as ênfases que fazem. Na base de dados BRAPCI encontrou-se artigos científicos variados. Predominantemente discutem os conhecimento e informação sobre a população afro-brasileira e que estes sejam incluídos no ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Propõe que métodos e instrumentos de Organização do Conhecimento e Informação abarquem uma pluralidade e diversidade de conhecimentos para além do conhecimento eurocêntrico. As demais discussões e análises estavam voltadas ao estabelecimento de ações nas

unidades de informação, desde a inclusão de acervos específicos ao desenvolvimento de atividades culturais, que desmistifiquem o olhar e imaginário social sobre o negro e seu campo cultural.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONHECIMENTO E AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE**

Para compreender como se dão as memórias sociais e coletivas na construção de identidades, propõe - se a reflexão sobre aspectos da construção da identidade afro – brasileira, na sua concepção, implicação histórica e embates ideológicos, políticos e sociais.

O africano rompe com sua identidade étnica e cultural quando raptado de seu território de origem para a prática de trabalhos forçados. Aqui é obrigado a abandonar sus crenças, ritos e costumes para cultuar o cristianismo, por exemplo, e tentar reproduzir costumes europeus da maneira mais subalterna existente. Este processo resulta na retirada do direito de todos os brasileiros de afirmar e se ver representados nos valores, saberes e tradições africanas e afro-brasileiras.

Na ocultação dessa história reside o silenciamento das memórias, das identidades, das lutas e das resistências desse segmento social, o que colocou o negro num espaço que tem início e fim na escravidão, espalhando-se numa escuridão e esquecimento que colocam as culturas afrobrasileiras como primitivas, no sentido mais negativo que existe. (CARDOSO, 201, p. 43)

No Brasil, se constitui uma nova categoria de povos, de línguas, de ritos e relações que entrecruzam saberes africanos, indígenas e europeus. Estas relações, entretanto, não foram suficientes para aplacar as divisões e hierarquias raciais constituídas historicamente como saldo da colonização e escravização. A busca da identidade do sujeito afro-brasileiro é a negação do senso estético e cultural do europeu e a assimilação cultural. Este, passa a buscar uma história para além da escravidão, busca sua positivação.

Esta recusa de integração que se traduz na manutenção da desigualdade por parte do dominador branco, provoca a revolta do negro e, finalmente, a ruptura com o sistema escravocrata e colonial. O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisava recuperar. A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro deu-se o nome de 'negritude'. (MUNANGA, 1990, p. 5)

Descendentes de africanos, afro-brasileiros, buscam, além de lutas políticas por cidadania e afirmação social, através de celebrações culturais, artísticas, etc., elementos que constituam sua identidade. Ao pensarmos nos grupos afro- diaspóricos vemos elementos em comum, como a tentativa de manutenção de práticas culturais e religiosas, que resistem à repressão colonial, adaptando - se às diferenças geográficas e criando relações mesmo em meio às diversidades étnicas e culturais de povos e costumes provenientes de territórios africanos distintos. (Malês, Sudaneses, Bantos, Mandigas, Angolas, dentre outras etnias)

A constituição de uma identidade e unidade cultural, envolve memórias compartilhadas, herdadas e transmitidas na coletividade. Estas memórias sobrevivem hoje no imaginário, em decorrência do processo de oralidade, fundamental às comunidades tradicionais. Através do conto, do mito, das histórias de ninar, das músicas, etc., mantém – se vestígios do passado. Há, por exemplo, uma presença marcante da cultura Banto no Brasil que perpassa as relações sociais, nos costumes, linguagem, culinária etc. Mas é importante reiterar que são frutos de uma resistência constante destes povos contra a hegemonia europeia. (Histórico de perseguição de manifestações tradicionais, ora escamoteadas e ou interpretadas de acordo com a vontade do colonizador), como observa Gomes:

Além da retirada forçada dos povos africanos do seu território de origem, diversas formas de dominação foram utilizadas no período colonial como estratégia de apagamento das referências africanas: a proibição dos cultos religiosos de matriz africana, práticas corporais e musicais como a dança e a capoeira, bem como a catequização pelos jesuítas, a imposição da língua portuguesa e a supressão das línguas africanas. (GOMES, 2018, p. 17)

O processo de busca por uma identidade é a vontade de pertencer à um povo e, principalmente, circunscrever uma história que positive o indivíduo e sua história. Em seu texto *Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades*, Kabengele Munanga diz que a construção da memória depende do passado e das experiências do presente.

No caso da sociedade afro-brasileira, como de qualquer outra, a memória é construída de um lado pelos acontecimentos, personagens e lugares vividos por este segmento da sociedade, e de outro lado pelos acontecimentos, personagens, e lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, passado cultural africano,

passado enquanto escravo). O sentimento de pertencer à determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memórias, que passam então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo. (MUNANGA, 1990, p. 115)

Além das histórias passadas e das experiências do presente, na memória afro-brasileira também estariam contidos os aspectos culturais ligados à oralidade, à cooperatividade, estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à ancestralidade e etc. Esses aspectos são marcados por um processo de “africanidade” construída nas celebrações, nas relações interpessoais, nas relações estabelecidas entre indivíduos, familiares e ou grupos sociais.

Assim se dá todo processo de construção da memória, em se tratando da memória afro-brasileira, esta enquanto memória social é considerada uma construção sócio-histórica, cultural, plural e política que implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos, sobre si mesmo a partir da relação com o outro, mas que também, há existência de questões de poder e de dominação de um povo sobre o outro. (CARDOSO, 2013, p. 5)

Em *O espaço sagrado no Candomblé Nagô*, José Flávio Pessoa de Barros descreve os terreiros e seus elementos. Lugares de culto sagrado, herança dos povos nagô, são vestígios da celebração religiosa do passado que se desfragmenta na nova realidade diaspórica. Ao descrever os elementos litúrgicos, é possível compreender onde se inserem os conhecimentos e as informações de costumes e tradições. Pode-se dizer que essas tradições só permanecem vivas na contemporaneidade pois, para além da busca de uma espiritualidade ou conexão com o ancestral, esses espaços também são entendidos e mantidos como monumentos de memória.

O terreiro é, portanto, uma associação liturgicamente organizada em cujo espaço dá-se a transmissão e aquisição dos conhecimentos de uma determinada tradição religiosa. Trata-se de um conceito que inclui, além da vivência social em uma determinada cultura, um espaço distinto do contexto no qual está inserido. Neste local são forjadas identidades religiosas as diferenciadas com características próprias e constitui-se como um ‘patrimônio simbólico do negro brasileiro’ [memória cultural da África] afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso para sua transmissão e preservação. (OLIVEIRA, 2008, p. 69)

Como é possível verificar, as questões culturais afro-brasileiras e, conseqüente, a construção da identidade, estão ancoradas nas memórias coletivas. As religiões de matrizes africanas têm como princípio preservar os conhecimentos e tradições através de uma figura relevante dentro do culto. Da – se importância à oralidade, ao sacerdote

ou ancião desta comunidade que é responsável por manter as tradições vivas, como a escrita nunca foi relevante, a memória é um instrumento de poder. (LIMA, 2015)

A memória social seria a junção de fatos sociais e individuais, que coadunados criam uma unidade cultural e a formação da identidade, é possível compreendê-la, também, como fundamental no processo de construção de conhecimento ou processos epistemológicos. Santos (2014) define Epistemologia como sendo toda experiência social que produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Segundo o autor,

Não há pois, conhecimento sem prática e autores sociais. E como umas e outras não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objeto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas. (SANTOS, 2014, p. 16)

A partir dessas concepções sobre tensões e contradições presentes nos diversos tipos de relações sociais e das formas de produzir conhecimento, que se dá uma reflexão sobre **Colonialidade do saber** como fato histórico social. Anibal Quijano (2014) Reflete sobre as relações desiguais de produção de conhecimento no contexto do capitalismo e colonialismo. As desigualdades provenientes destas relações, suprimem conhecimentos tradicionais engrandecendo conhecimentos europeus. Nestas relações de alteridades, acredita, que se desperdiça experiências e reduz a diversidade cultural dos territórios. Relegando estes saberes a categoria *local* e específicos, como se não pudessem estar na ótica global de razão e ciência. Desenvolve-se uma relação hierarquizante, inferiorizando indivíduos e suas vivências.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específico do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. (SANTOS, 2014, p. 74)

O escamoteamento social destas memórias e o consequente processo de deslegitimação por parte de setores sociais, religiosos e políticos em relação às práticas culturais dos povos afro-brasileiros passam por duas discussões. A primeira

é a compreensão de um racismo inserido no contexto de relações sociais e imaginário brasileiro, este que é histórico, e ainda perpetuado tanto por instituições e pessoas, coadunado ou motivado pelo processo de colonização. Escravidão e colonização como processos que se intercalam e influenciam na constituição de uma sociabilidade estratificada.

Assim, símbolos, memórias, histórias, crenças e culturas pertencentes a população Afro-diaspórica são realocadas para status de inferior ou não tão relevantes para o conhecimento ocidentalizado.

Esse modo de conhecimento foi, pelo seu caráter e pela sua origem, eurocêntrico. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. (SANTOS, 2014, p. 74)

Refletindo sobre a concepção política e histórica do racismo no Brasil e como ele permeia inclusive a produção dos conhecimentos, González (1988) nos propõe reconstruir uma categoria identitária que se desenvolve na América Latina, que teria como peculiaridade, também, as marcas coloniais e de um processo longo de escravização: **Amefricanidade**. A autora reitera que as expressões culturais de africanos na diáspora ainda se mantiveram, mesmo com tentativas distintas de apagamento, essa identidade teria vestígio na linguagem, religião, dança, culinária etc., sendo inclusive, posteriormente, incorporada a um discurso de uma identidade nacional, mas que por muito tempo tentou apagar estes traços. A Amefricanidade seria a identidade e a expressão da cultura dos povos afro na América Latina.

Reitera que o processo histórico de construção de conhecimento, é caracterizado pela ideologia de “branqueamento”, processo hierarquizante que para além das pessoas também classifica os saberes de forma eurocêntrica os denominando como “cultura popular” “folclore nacional”, minimizando a importância dos indivíduos negros.

[...] sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosóficos, científicos, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia [...] e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo. (GONZÁLEZ, 1988, p. 70)

Para finalizar esta primeira parte, é importante lembrar novamente Kabengele Munanga que, ao tentar compreender o que seria essa identidade negra, explicita que é uma busca, uma divisão entre oprimidos (MUNANGA, 1990). O indivíduo negro enfrenta como problema sua alienação, falta de consciência histórica e política, a partir das lutas coletivas e recuperação histórica este pode definir-se socialmente. As reivindicações contemporâneas perpassam por processos de reconfiguração da memória, buscando seu caráter positivo, desconstruindo o que se criou ou se consolidou negativamente, através de produção e disseminação de informações sobre esta população.

### 3. MEMÓRIA SOCIAL

Compreender os saberes e informações produzidos em um contexto de comunidade específica, e situar dentro da Ciência da Informação, foi possível através dos estudos de memória social, pois perpassa desde os saberes empíricos, o processo de oralidade, até finalmente documentos e artefatos, criados e concebidos a partir das trocas e interações sociais. Memória Social e Ciência da Informação possuem caráter interdisciplinar, através da memória é possível refletir sobre os fatos sociais, as concepções sobre a constituição de um espaço social de trocas e embates coletivos, sobre a constituição das comunidades, seus costumes, cultura, etc., e a ótica da Ciência da Informação faz compreender onde se materializam esses conhecimentos e como é possível difundi-los, discuti-los, organizá-los além da subjetividade ou do plano individual.

Segundo Fragoso (2008), em primeira instância, pode – se compreender a *memória* como: manifestações, comemorações e representações de indivíduos e grupos sociais que se processam através da evocação de um passado comum, a depender do contexto temporal, dos espaços e movimentos envolvendo culturas e tradições. Essas possuem significações históricas que são responsáveis por construir identidades culturais e sociais do indivíduo no grupo, quando se sociabiliza e disseminam esses conhecimentos.

[...] memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, embora sempre se mantendo no presente, com o passado: conforme os casos, exclusivamente com seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos. (OLIVEIRA, 2011, p. 42)

A Memória, enquanto campo de estudos, e a partir de seu viés cultural, abarca fronteiras de outras disciplinas que têm o “passado” como material de estudo. Seriam essas disciplinas História e a Arqueologia, por exemplo. De acordo com Murguía (2010), a genealogia dos estudos da memória remonta de Platão e Aristóteles, se desenvolve plenamente no século XIX e tem um crescimento a partir do século 20, graças aos estudos de Halbwachs. De acordo com Gondar (2005) Maurice Halbwachs a estabeleceu no início do Sec. XX mas, antes de sua consolidação como área do conhecimento, esta foi objeto de estudo de pensadores como Nietzsche, Bergson e

Freud (GONDAR, 2005). É um campo cientificamente maduro que tem seus autores clássicos como: Le Goff, Pollack e o próprio Halbwachs (GONDAR, 2005). Halbwachs foi fundamental para fazer com que o campo se tornasse interdisciplinar, influenciando outras áreas como Antropologia, Sociologia e a própria História, dessa forma, a partir da perspectiva social, consegue trazer os estudos para além da categoria filosófica e psicológica.

Halbwachs, faz relação entre memória individual e coletiva afirmando que essa somente existe na sua relação com a última. (GONDAR, 2005). A memória já não é mais um processo psicológico do indivíduo, passa a ser algo externalizado, pertencente aos indivíduos que interagem, compartilhando a em diversos contextos temporais, espaciais e culturais. “[...] ele também configura a memória coletiva como uma memória grupal baseada nas lembranças comuns, demarcadas pelo espaço e pelo tempo, admitindo a existência dos tempos sociais.” (MURGUIA, 2010, p. 20)

O conceito de Memória Social de Halbwachs se relaciona com o conceito de *Coesão Social*. Compreende -se como construção de laços e a constituição de uma comunidade a partir de um passado em comum. Este é um processo social, em que os indivíduos, se relacionam, e combinam as memórias, o que se esquece (processo oposto da reminiscência) é aquilo que não convém para essa adesão afetiva (HOLLANDA, 2010). Essa coesão “[...] é garantida pelos quadros sociais de memória, entendidos como um sistema de valores que unifica determinados grupos familiares, religiosos, de classe.” (GONDAR, 2005, p. 23).

Já para Le Goff, o processo que dá à memória um caráter coletivo, seria o compartilhamento em forma de registros, assim garante-se que as memórias das comunidades possam se perpetuar por mais tempo. Ele acredita que a escrita é responsável por permitir duas formas de memória a *rememoração* e a *criação do documento* escrito como suporte. (HOLLANDA, 2010)

A Memória coletiva se viabiliza na transferência de informações, nos artefatos monumentos/documentos. Com a palavra escrita, fixada no objeto semântico, seria possível se preservar mais a memória, distinguindo – se do processo das comunidades antigas. Para o autor, existem ainda outras questões a se considerar sobre memória, como: As diferenças de memórias em diversos momentos históricos, a legitimação de uma memória identitária e a memória também como embate de

setores sociais pelo poder. Hollanda (2010) se amparando nas concepções de Le Goff sintetiza:

É preponderante perceber que, diferentemente da História, a memória não é algo intencionalmente produzido, mas recuperado através de interpretação de relíquias, entendidas como elementos residuais da ação cultural humana. E apesar da linguagem coloquial não favorecer a percepção destes conceitos suplementares, admitindo – os por vezes como antônimos, lembrança e esquecimento são componentes da memória. (HOLLANDA, 2010, p. 54)

A partir dos estudos de Werstsch, Murgia (2010) nos oferece outras leituras para o caráter coletivo da memória. Este acredita existir a memória individual e memória coletiva, a primeira seria objeto de estudo da psicologia, enquanto que, a segunda, seria das Ciências Sociais. Um dos componentes que as diferenciam é a maneira como a memória reage no indivíduo e no grupo. O indivíduo lembra quando se relaciona com objeto, acontecimento ou lugar, no entanto, para o grupo, a lembrança será relevante na forma como o coletivo a define.

Os estudos sobre a memória individual focalizam sua atenção nas representações que o sujeito faz do passado, e os estudos da memória coletiva, na negociação para a construção de uma memória que usará o passado para a criação de uma identidade coletiva. (MURGUIA, 2010, p. 21)

Observa-se que o termo *memória social* não é preciso em sua correlação com o caráter coletivo (FRAGOSO, 2008). A memória social estará relacionada à identidade de um único grupo e a memória coletiva se relacionará com as diversidades de identidades existentes. Entre os teóricos da temática, há algumas divergências de pensamento ou de interpretação, mas também pouca importância se dá à seleção de um ou outro termo, o que pode significar uma equivalência entre eles. (FRAGOSO, 2008)

No mundo moderno a memória transforma-se e passa a ser incorporada a lugares, espaços e processos sociais, passa a ser dependente de alguns indivíduos unicamente, intuições e agências, de saberes para sua produção ou reprodução, para fins de conhecimento.

Alguns autores como Gondar (2005) nos revelam proposições “*éticas-sociais e políticas da memória*” que conferem um sentido mais amplo ao termo. Ao se pensar na pluralidade e na complexidade da convivência em sociedade, concebe-se que a memória não reproduz relações societárias estáveis e imutáveis.

A memória social é um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes. (GONDAR, 2005, p. 92)

A memória social é uma constante construção, mais que a mera reconstituição de um fato ocorrido, se faz novas elaborações, montagens e construções de acordo com relações do presente. Esta é reconstruída de acordo com intencionalidades que moldam os indivíduos. Os documentos e lembranças (esquecimentos também) não são arbitrários, eles falam muito e sobre as sociedades que os construiu e sobre as sociedades que continuam a existir: “Nesse processo, as forças da lembrança disputam com as forças que impelem o esquecimento, cada uma delas buscando realizar sua potência, agindo ou reagindo em função de valores e interesses”. (GONDAR, 2005, p. 21)

Sem esquecer o fato de que a memória, seja individual ou coletiva, é sempre seletiva, de acordo com o contexto sociocultural do tempo em que está sendo invocada. Tempo, espaço e movimento são variáveis comuns à memória, à cultura e à história, variáveis que se colocam na interligação entre presente-passado-futuro, de modo tridimensional. (FRAGOSO, 2008, p. 4)

Pollack, (1992) também oferece reflexões importantes acerca da memória social. Acredita que é um fenômeno construído social e individualmente. A partir de seus estudos sobre oralidade em comunidades europeias e suas construções históricas, o autor reitera o seu caráter seletivo: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. (POLLACK, 1992, p. 4). A define, também, como responsável pela construção de identidades.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLACK, 1992, p. 4)

Pollack acredita que estas esferas identitárias, construídas a partir da alteridade também, estão em conflitos para que uma narrativa sempre sobrepuje a outra, ou para que determinadas memórias sejam esquecidas, para dar espaço a outras: “[...] isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.” (POLLACK, 1992, p. 4). A memória em outra esfera de análise, é a constituição dos sujeitos como parte de um grupo.

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p. 5, grifo do autor)

Ao pensarmos em memória como processo de coalização social e formação de identidade, a situamos também em relação de tempo e espaço, definindo -se historicamente (também individualmente). Memória e Identidade são processos contínuos e infinitos, se renovam cotidianamente, mas que também podem ser esquecidos, apagados, destruídos a medida do avanço temporal. (FRAGOSO, 2008)

### 3. 1 Memória e Ciência da Informação

De que forma os estudos da memória se relacionam com a Ciência da Informação? Percebe-se que pesquisadores fazem essa interlocução a partir de duas propostas distintas: Primeiro: partindo da hipótese de que a memória, quando registrada nos suportes seria fonte de informação e Segundo: A partir dos dispositivos de informação ou “lugares de memória” e de como organizam, selecionam e difundem estas informações, registradas em documentos de distintas naturezas.

Dodebei (2010) e Hollanda (2011), demonstram que os estudos sobre memória fazem parte de diversos ramos do conhecimento, como em História Social, Sociologia e Psicologia por exemplo. Tanto a Ciência da Informação como os estudos de memória possuem caráter interdisciplinar, abarcando diversa áreas do conhecimento e abordagens possíveis.

A proposta metodológica que se segue, é que deve ser compreendida como uma dessas possibilidades, levou em consideração que a C.I. é favorável ao caráter interdisciplinar do qual se reveste a questão da preservação da memória social. (DODEBEI, 1995, p. 25)

Memória e Informação no Brasil acompanham o tratamento dado para o assunto na Literatura Internacional da área. Além de seu caráter interdisciplinar é, também, marcada pela diversidade dos profissionais e pesquisadores e tem relação com formação de campos científicos e contextos sociais. (OLIVEIRA, 2011) Segundo Dodebei (2010), Informação, Conhecimento e Memória foram utilizados e teorizados de maneiras isoladas por muito tempo. A partir do século XX foram propostas convergências conceituais para estes campos de pesquisa.

Dodebei (2010), como justificativa para o campo de pesquisa de Ciência da Informação e Memória, reitera o caráter interdisciplinar de ambas disciplinas. Acredita que, seja no plano da oralidade ou da escrita, a transmissão de informação esteve sempre atrelada a memória da humanidade, desde as memórias individuais como a memória coletiva.

### 3. 2 Dispositivos de Informação

Para situar a memória no campo de pesquisa da Ciência da Informação, se propõe a abordagem a partir de *como* e *onde* se “lida” (entende – se: produção, manifestação, registro, seleção, aquisição, organização, assimilação, etc. da informação) com as manifestações materiais dessa memória/informação. As instituições e/ou dispositivos de informação são lugares onde se manifesta e registram as memórias. Para compreender as instituições de informação, muitos autores recorrem a Pierre Nora.

Para o autor, bibliotecas, museus, monumentos, são espaços que teriam por objetivo essencial, guardar materialmente memórias para a posteridade e, conseqüentemente, preservar identidade da comunidade. Surgem com a necessidade de possibilitar o acesso aos registros produzidos pela sociedade ao decorrer do tempo, que são conhecimentos materializados nas mais diversas formas. (NORA, 1993 apud HOLLANDA, 2010)

Bibliotecas, Arquivos e Museus se reconstituem em torno da Memória, através de um pressuposto político. Este pressuposto seria fundamental no planejamento de quais elementos constituintes de uma identidade, seriam ideais para se preservar nestes espaços (MURGUIA, 2010). Ou seja, esses lugares são construídos a partir de perspectivas ou narrativas (HALL, 1993) que lhes antecedem, sendo assim, Murguia (2010) pontua duas características importantes a se observar em relação à constituição destes espaços: *Validação*: Arquivos, Bibliotecas e museus teriam na memória uma justificativa para sua criação, ou para atendimento de demandas sociais. *Representação*: Estes lugares possuem elementos representativos de uma razão, representando um passado comum, vinculam as identidades.

Através de exposições, por exemplo, no museu, o indivíduo compreende uma época específica. Essa organização museológica, obedece à visão de mundo de um organizador, que seleciona objetos instituídos como possuintes de valores culturais e prestígio, que no caso lhe foram atribuídos socialmente pelo coletivo. Na Biblioteca, essa memória se dá através do catálogo ou acervo. O saber administrativo é também uma escolha, mas norteada pelo público. Ou seja, apesar de haver uma lógica precedente na organização dos materiais e nas escolhas dos mesmos, a biblioteca seria também o lugar dos questionamentos, a memória social seria o conhecimento e

a informação relevante para sanar as dúvidas.

As bases de dados, os museus, os arquivos, as redes e as bibliotecas como 'equipamentos coletivos de recuperação da informação' propiciam novas formas de apreensão cognitiva ao mundo contemporâneo. (MURGUIA, 2010, p. 41)

Estes lugares são políticos porque neles é exercido algum tipo de poder (relações de força) - algumas vezes o próprio poder do estado - decisão sobre o que se mantém ou não como essencial. O conceito de *Agenciamento* pode elucidar como se dá a construção destes lugares.

O agenciamento é a atualização do poder. Uma das relações de força entre tantas outras virtuais. Aquilo que é dito, pressupõe coisas não ditas, e aquilo que é visto pressupõe coisas não vistas. A positividade de ambas está determinada pela forma em que se organiza a matéria e a forma como se finalizam as funções. Eis a premissa sob a qual passamos a descrever os arquivos, bibliotecas e museus. (MURGUIA, 2010, p. 12)

De forma abrangente, o dispositivo da memória possui três elementos: seus discursos, seus agentes e suas instituições. Ou seja, as disposições e até mesmo definições daquilo que é guardado, passam pela ordem do intencional e não intencional. "A memória, aqui, está inserida em um campo de lutas e relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento." (GONDAR, 2005, p. 7). Nem tudo pode ser guardado, o esquecimento é uma forma de contingenciamento, porém, como visto, estes lugares pautados no discurso histórico, terá por diretriz o conhecimento e a ordem do discurso enunciativo agenciado, politicamente e socialmente moldado.

Organizar a informação significa saber escolher e associar, com base em uma lógica enunciativa e do discurso, construída. Os princípios organizadores não são dados a priori, mas são os resultados de 'formações históricas' voltadas para as necessidades dos autores e grupos sociais. (MURGUIA, 2010, p. 97)

Quando se pensa na criação dos espaços de memória, onde se rearranjam narrativas de acordo com uma objetividade pré-estabelecida, entende - se que esta guarda se destinaria tanto para os interesses gerais de um grupo hegemônico, quanto a de grupos minoritários, porém, em uma sociedade marcada por distintas identidades, haverá sempre um embate sobre o que será ou não mantido. A memória

seria construída durante anos e gerações, quando não for mais construída, significa que o grupo necessita de outra identidade ou incorporou, adaptou-se a outros grupos. (MURGUIA, 2010)

### **3. 3 Registro da Memória: Os suportes de Informação**

A Memória Social registrada seria objeto de estudo para a Ciência da Informação. Quando reunida sob uma lógica, ordenada para determinados fins E registrada por meio da linguagem, se pode armazenar e organizar informações nos espaços. O suporte seria a forma de representação para exercer funções e significações históricas para a comunidade. “[...] seja esse suporte um indivíduo, um grupo social, um monumento ou um documento. Da mesma forma, a informação também precisa de suportes, os mais diversos.” (FRAGOSO, 2009, p. 7)

A memória tem por fundamento a transmissão cultural. Preservar informações é importante para criação de uma experiência individual e conhecimentos de natureza científica. Algumas sociedades consideradas tradicionais, fazem transmissões de lembrança a partir da oralidade, por exemplo, através dos mitos. Em algumas comunidades, anciãos e sábios são registros vivos do conhecimento. Imprescindíveis para a comunidade onde estão inseridos, são fundamentais para a criação de leis de convivência, tradições e estabelecimento de normas e regras. Oralidade é um ato de lembrança fundamental, esta transmite e comunica informação na ausência do objeto narrado.

A linguagem viria a ser o estoque de informação na memória, seja ela escrita ou falada. A escrita permite a maior “armazenamento” destas informações. A memória registrada, permite que se vença a inevitabilidade da finitude dos seres vivos, que a comunicariam através da oralidade. Registrada e armazenada, se multiplicam junto com outras memórias, para que seja compartilhada. “A memória se cristaliza no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro, na visibilidade da imagem.” (MURGUIA, 2010, p. 38)

A humanidade teria necessidade de gravar e registrar os fatos do cotidiano, bem como os costumes e as crenças para, assim, repassá-las para gerações posteriores. Antes mesmo de existir um sistema de símbolos, com a escrita, a memória atrelada à ideia de continuidade, teria sua evolução a partir do surgimento

do documento como suporte. O documento armazena informações e tem a função de comunicar, sendo uma forma de memorização, nos mais variados formatos, com símbolos e significados:

[...] o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição [...] posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem e a escrita. [...]. (BRAZ, 2012, p. 5)

Nestas instituições, símbolos de fixação e inscrição manifestam-se a partir de duas categorias provisórias de memória: Pela armazenagem ou arquivamento por meio de gravação em um suporte como informações ou lembranças que desejam ser acessadas; e como um projeto de arquivamento, já que assumem a identidade da própria obra e de seu formato, constituindo – se como informação localizável dentro de um sistema. (MURGUIA, 2010)

Compreendendo – se também então como a inscrição de informações em um suporte, o documento será extremamente significativo tanto para o campo da Ciência da Informação quanto para a Memória Social. Para Le Goff (2003 apud NETTO, 2009), o objeto passa à categoria de documento/monumento, quando a sociedade o fabrica segundo as relações de força que a determinam. Sendo assim:

[...] os traços ou vestígios deixados pelo homem ao longo de sua existência devem ser considerados objetos (apenas) potenciais de memória. Somente a circunstância da atualização desses traços e vestígios, é que lhes poderá conferir o caráter de documento. (GONDAR, 2005, p. 43).

Dodebei (2011) sugere que a representação e a preservação da memória social se dá através do registro em documento recuperando o conceito clássico de documento como sendo o suporte físico da informação.

Intrínseco ao sentido de registro está intimamente conectado a ideia de documento (do latim: documentum = docere = ensinar). Entretanto, para a maioria das definições de documento, existe um certo consenso de que o seu conceito reúne uma síntese das idéias de informação e suporte material (BRAZ, 2012, p.4)

Objetos são mediadores que atuam diretamente na construção de uma identidade grupal desde que institucionalizados. Isto é, desde que custodiados e

difundidos (através de qualquer meio) por uma instituição oficial. (MURGUIA, 2010)  
De acordo com Dodebei (2011) estes documentos podem ser: Documentos gráficos ou impressos; Documentos iconográficos; Documentos plásticos e Documentos fônicos.

Essas classificações demonstram a evolução dos suportes onde as representações foram sendo registradas, e, por outro lado, a forma como mais tarde os lugares de memória, - bibliotecas, museus e arquivos - iriam lidar com estes, seja pela especialização no tipo de suporte onde estão registradas as informações, seja no tipo de público que atendem. (BRAZ, 2012, p. 6)

Documento divide - se entre *tangível* e *não tangível*. Porém, para efeitos de definição, não se pode limitar seu conceito para somente aquilo inscrito em suportes, é importante compreendê-lo para além da sua materialidade. Também são documentos os resultados de manifestações culturais significativas como músicas, lendas, superstições, etc. Documento é algo à que se atribui significados. (DODEBEI, 2011, n.p.)

#### 4. PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE

A memória é a junção de fatos reais e imaginados que possibilita uma transformação no social, ao mesmo tempo em que por ele é transformada, corroborando e criando identidades. Para compreender o fenômeno dos patrimônios, é importante compreender o conceito de *Cultura e Identidade*.

É difícil precisar o termo cultura, mas de acordo com etimologia é possível inferir que desde a antiguidade o conceito de *Cultura* aparece com os dois sentidos principais que ainda mantém: “[...] culto, us, do cultivo, do culto coletivo, da tradição/informação compartilhada, da memória, e o de cultura animi, do aprimoramento, elevação, refinamento individual”. (GONDAR, 2010, p.46)

Cultura está ligada às alteridades e diferenciações dentro de cada sociedade, são técnicas e práticas que perpassam os indivíduos e se ligam à coletividade. É uma constante interação de fazeres e saberes apreendidos e ensinados que evocam o passado, se recriam no presente e se perpetua no futuro. Cultura é um termo metafórico e plural conveniente às sociedades contemporâneas de grande diversificação interna. Tais diferenças se devem a fatores econômicos, culturais (nos dois sentidos) familiares regionais, entre outros. (GONDAR, 2010)

Marteletto (1995) define cultura sob o sentido antropológico. Seria o modo de relação do humano com o real. São formas diferenciadas de representar e interpretar a relação com a natureza e com os homens. Os conjuntos e artefatos produzidos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) dão sentido, produzem e reproduzem a vida material e simbólica. De acordo com Morin (2007 apud GONDAR, 2010) a cultura também seria o capital de memória que pode ser dividido dessa forma: capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, savoir-faire, regras), e capital mitológico e ritual (crenças, normas, interdições, valores).

No período moderno, cultura se expande para um aspecto mais amplo e abrangente, em instituições e práticas, sendo que cada uma delas requer seu próprio universo distinto de significados. Em outras palavras, essas dimensões se constituem mutuamente, o que significa dizer que toda prática social possui condições culturais de existência, na medida em que dependem de “valores” e “significados” para funcionar e produzir efeitos.

A coesão dos valores culturais, será decidir o conjunto das coisas tangíveis e intangíveis que um grupo social ou comunidade considera ou que os identifica como tal, que por sua vez os associa ou diferencia com outro grupo. Segundo Rios (1993), a Identidade se compõe dos elementos que vivemos, nossa forma de ser, os costumes nosso idioma. O que comemos, vestimos, etc., como nos apropriamos e disseminamos nossos espaços, como sentimos o passado e como vemos o futuro.

Segundo Hall (2006) identidade pode ser vista e interpretada a partir de três perspectivas: Identidade individual: ligada ao homem do período iluminista, que reconhece sua potencialidade de razão, consciência, ação e existência; A identidade do homem como ser social: será construída a partir da interação com o outro, na interação de valores, sentidos e símbolos. “A identidade [...] costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2006, p.12). A terceira proposição é a que essa identidade moldada na pós-modernidade, não se fixa em categorias imutáveis. Não que se destitui totalmente das tradições, mas está sempre em movimento. O indivíduo é atravessado por múltiplas identidades, que podem ser contraditórias ou não.

No tocante das relações modernas, novas configurações são criadas na medida em que a globalização permite que as culturas se relacionem. Expondo as diferenças entre comunidades e criando conflitos e interações entre o local e o global, os elementos culturais que formam a identidade se entrecruzam e se renovam. Mas não é a mera ruptura com o tradicional para dar espaço à modernidade, são deslocamentos e descentralizações que não implicam necessariamente no apagamento do que existia anteriormente.

Quando se pensa na construção de identidade, a Nacionalidade se configura como um dos principais elementos de identidade, como se fosse natureza essencial do ser. “O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós justificamos, mas são formadas e transformadas; no interior da representação.” (HALL, 2006, p. 48) Ou seja, a construção daquilo que seria a identidade nacional é idealizado, uma representação que não contempla as diversidades e distinções de grupos existentes no país.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p. 51)

Se formando e renovando, a ideia de patrimônio permite o homem mobilizar a comunidade para preservar seus valores e continuar seu próprio processo de criação, entretanto, sempre dialogando e reavendo esses valores, que não são fixados “[...] elementos artísticos, religiosos, arquitectónicos, urbanos y políticos a cuyo valor intrínseco agrega su representatividad como expresión de la nacionalidad. Los bienes culturales patrimoniales son expresión de nuestra identidad”. (RIOS, 1993, p. 122)

A visibilidade dessa interação, dada no recorte de uma ação social, é conferida pelas marcas e vestígios produzidos por uma sociedade que, normalmente, são representados em objetos, em sentido lato, ou seja, suportes materiais visíveis ou duráveis resultantes uma ação social qualquer; bem se quisermos usar o conceito antropológico, a cultura material. (GONDAR, 2005, p. 50)

Quando essas obras culturais se ligam (pensando na construção histórica) aos valores culturais de uma comunidade, elas se tornam em seu patrimônio cultural: “Patrimônio, portanto, deve ser compreendido como o conjunto de informações que caracterizam as ordens de significado dentro de um grupo, povo ou nação. É coletivo porque a cultura o é”. (GONDAR, 2005, p. 47)

No patrimônio estão selecionados os suportes de representação da memória que vão desde as comemorações até às manifestações de uma identidade social, e não a memória em si, porque ela é viva, “pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (HALBWACHS, 2006, p. 102 apud FRAGOSO, 2009, p. 7)

Patrimônio é conjunto de informações que significam algo dentro de um grupo ou comunidade. No patrimônio estarão selecionadas essas informações e memórias que são desde as comemorações até as manifestações de uma identidade social, é um processo contínuo entre a subjetividade e a sociabilidade. “O patrimônio foi criado para a memória, como resultado do poder de seleção e da necessidade de

preservação”. (FRAGOSO, 2009, p. 7)

A informação representada nos patrimônios, recebe a denominação de **informação patrimonial** que se encontra representada nos diversos suportes de memória mais conhecidos por monumentos e documentos. (NETTO, 2007) O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, algo capaz perpetuar a recordação, existe para manter a memória viva, se dissocia documento, que, para além de representar o passado, torna-se produto da sociedade que o fabricou, segundo relações de forças e agenciamentos políticos que o determinaram como tal. (LE GOFF, 2003 apud FRAGOSO 2009)

No campo da documentação, entende-se que os documentos preservados viabilizam a transferência do conhecimento que se processa pela informação contida nesses registros, nos quais a informação passa a ter um papel fundamental na socialização e na conscientização do patrimônio cultural como bem coletivo e que precisa ser preservado. (FRAGOSO, 2009, p. 2)

Para Henry Jeudy (1990 apud, GONDAR 2005) A ideia do patrimônio é a ideia de que é impossível viver sem memória. Para a coletividade viver em constância com o passado é uma forma de construir a identidade, de redefinir as ações no presente. A cultura estaria diante das pessoas através dos signos que são redescobertos e reinterpretados constantemente, são expressões de uma tradição que não se pode contestar. Para a coletividade, existe o medo de uma perda de traços culturais,

[...] para a imaginação histórica, há a necessidade de dar sentido ao material do passado, ao material morto ou às ruínas. Tais ruínas estão sempre presente nas construções da memória, de tal sorte que não representam a degradação ou perda de uma possível identificação cultural; ao contrário, fundam o imaginário histórico. (GONDAR, 2005, p. 47)

As memórias, ao serem “patrimonializadas”, ou quando definidos assim, estarão ligadas às instituições. Só quando a memória se torna objeto de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de ordem. Instituir, portanto, é ordenar. Existe a ideia de que é preciso selecionar dentro de uma série de objetos aquilo que será mantido e representará os saberes, os conhecimentos, etc. de uma comunidade, do coletivo. “A atribuição de valores documentais e patrimoniais aos objetos produzidos pela sociedade não pode ser pensada de modo definitivo, uma vez que a ação documental/ patrimonial é produto de relação circunstancial”. (DODEBEI, 2011, n.p).

Se faz necessário refletir sobre o que seriam esses objetos e como se rearranjam e organizam, uma vez que são fontes de informações relevantes para compreender uma realidade passada. Esses objetos, frutos da interação social, são a junção de três estratos: social, psicológico e cultural. São vestígios deixados pela sociedade. Segundo Rios (1993) estes bens culturais, podem ser divididos em intangíveis e tangíveis. Os bens Intangíveis seriam aqueles que não tem respaldo material, como a linguagem a tradição oral, as crenças, etc. Os bens tangíveis serão aquelas manifestações sustentadas por elementos materiais, moveis e imóveis, segundo a autora, os bens imóveis são monumentos fixos na terra, como sítios arqueológicos, obras de arquitetura civil, reservas naturais, etc. Os bens móveis seriam elementos arqueológicos e arquitetônicos, artesanatos, artes plásticas, esculturas, materiais de arquivo, etc.

É importante refletir que, classificar os objetos e torná-los patrimônios são ações de caráter circunstancial, como afirma Dodebei, ou seja, alguns objetos sofrerão mudanças de status, no que concerne à memória social, quando atribuídos valores documentais/patrimoniais. Esse processo de atribuição de valor é temporário, pois depende das relações entre o objeto, o sujeito que o vai valorizar e as condições existentes no tempo e no espaço para que essa ação seja realizada. (DODEBEI, 2011, n.p).

Quando se evoca acontecimentos sociais, ou atualizados, lidos sob uma nova ótica no patrimônio, compreende-se que estes são tanto coletivos quanto individuais. São individuais pois emergem de um processo subjetivo – um fato social pode ter várias perspectiva e interpretações, e são coletivos pois estão em um espaço social onde essas trocas de subjetividades ocorrem. Sobre isso, Dodebei nos oferece uma reflexão:

Isto nos facilita pensar que nem todos os objetos que circulam na sociedade devem ser protegidos contra o perigo da perda, somente deverão ser cuidados aqueles que foram valorizados, ainda que temporariamente, como documento/patrimônio. Seria então possível pensar em despatrimonialização ou repatrimonialização? (DODEBEI, 2011, n.p.)

Preservar os objetos que são, por sua vez, a representação dos modos de viver de uma determinada população, de uma cultura, permite que seja possível repensar as ações do presente. Ao pensar memória e projeto, se cria e estabelece identidade, ou diferença para uma possibilidade de resistência.

Provenientes das memórias compartilhadas, cada sociedade possui seus produtos e fazeres culturais, que expressam sua identidade ao mesmo tempo que a cria. Os “produtos” provenientes desta interação serão eleitos como elementos que dariam coesão para aquela comunidade, ditando a característica que seriam fundamentais para identifica - la.

## 5. ANÁLISE: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE CULTURA AFRO – BRASILEIRA NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A partir do método apresentado na introdução, passamos a apresentar os resultados da pesquisa em artigos científicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

### 5. 1 Mudança de paradigma de pesquisa na Ciência da Informação

Observando como se dá a inserção das temáticas africanas e afro-brasileiras na Ciência da informação, Silva (2017) analisa o surgimento da área e de seus paradigmas. A Ciência da Informação configuraria – se como campo positivista e empirista, onde, teorias, conceitos e métodos e combinação de diversas correntes e três paradigmas da Ciência da Informação (físico, cognitivo e social), contribuíram para que tivesse um caráter limitante: “[...] o método não dá conta de apreender: a informação subjetiva, dotada de sentidos diversos e inserida no terreno da experiência histórico cultural.” (ARAUJO, 2009, p. 203 apud SILVA, 2017, p.4)

Na literatura internacional sobre os paradigmas da Ciência da informação, encontra-se autores que fazem uma análise crítica ao tecnicismo e propõe novos olhares para a abordagem do campo. Frohmann (2004) e Day (2001, 2005) criticam o silêncio diante dos dilemas sociais remotos e contemporâneos. “É no encaço do lastro crítico no plano epistemológico e historiográfico que vemos se estabelecer um conjunto de lutas epistêmicas para o reposicionamento de tais dilemas sociais na paisagem da pesquisa e do trabalho biblioteconômicos.” (SILVA, 2017, p. 3)

Na plataforma comum de tais discursos encontram-se as denúncias da negligência ou do apagamento das lutas sociais, da pluralidade cultural, das dinâmicas de opressão e do avanço das desigualdades socioeconômicas, incluindo as condições interseccionais como gênero, etnia, classe, idade. Trata-se de um conjunto de fenômenos colocados como paralelos e nunca preponderantes na afirmação epistemológica do campo, afetando, assim, o desenvolvimento da formação de profissionais e de pesquisadores capazes de pautar e de aprofundar todas as aporias que se colocam no plano social. (SILVA, 2017, p. 3)

Porém, o paradigma científico de pesquisa tem se modificado recentemente nas áreas de ciências humanas. É possível observar dentro da Ciência da Informação, por exemplo, pesquisas voltadas à percepção de identidades distintas, compreensões que se dão através de embates ideológicos, a partir de militâncias que buscam implementação de políticas públicas, realização de pesquisas científicas e produção de conhecimento acadêmico sobre as demandas sociais, históricas, culturais, tecnológicas e informacionais das ditas minorias sociais. Cresce no âmbito das Ciências Humanas e Ciências Sociais, práticas de pesquisa indexadas com termos como: diversidade, desigualdade, tolerância, respeito e direitos humanos. (SANTANA, 2009)

O atual cenário brasileiro aumentou o compromisso dos atores sociais com a construção de uma sociedade da informação e do conhecimento mais inclusiva. Isso diz respeito tanto às políticas de informação quanto ao lugar a ser ocupado por esses atores, que são reconhecidos como produtores de conhecimento no seu campo específico e facilitadores da disseminação do conhecimento para quem dele necessita. (AQUINO, 2010, p. 32)

González (1988), Aquino (2007; 2010; 2013), Santana (2009), Silva (2017), e outros autores, demonstram os processos que invisibilizaram ou retiraram o negro como parte fundamental da construção do conhecimento e informação. Esse processo está na gênese e constituição do Brasil, que mesmo tendo uma diversidade sociocultural, no seio de suas pluralidades, abriga tensões raciais. Hierarquizantes, colocaram a representação e identidades negras e indígenas como inferiores a saberes e identidades europeias.

Expressada na história e contemporaneamente através de dados estatísticos que demonstram as enormes diferenças sócio políticas, a desigualdade étnico-racial criou dois efeitos que se alimentam mutuamente na Ciência da Informação: a falta de indivíduos negros nas Universidades, como pesquisadores e produtores de sua própria história (AQUINO, 2010); A ausência da temática no ensino (SILVA, 2019; JUNIOR, 2013) e o não suprimento das necessidades informacionais da população negra, na falta de acesso ao conhecimento em forma de memória, ou saberes tradicionais, que foram escamoteados pelos processos ideológicos na constituição da nação. (AQUINO, 2013).

Assim, observa – se os pesquisadores da área, tentando iniciar um debate tímido sobre relações étnico - raciais por meio da temática de Representação da

Informação e Conhecimento e no Desenvolvimento de Coleções, a partir das bibliotecas públicas, na mediação de informação questionando o papel educacional do profissional da informação.

A produção de conhecimento de universidades públicas brasileiras marca a predominância do discurso eurocêntrico sobre o discurso afrocêntrico. É uma imposição que perdura desde os primórdios da colonização brasileira até os dias de hoje. Essa situação começa a receber críticas no momento em que pesquisadores(as) negros(as) se debruçam intensamente sobre a temática étnico-racial concluindo que a ciência produzida por intelectuais brancos(as) não se configurava uma prática social inclusiva nem os resultados alcançados eram revertidos para beneficiar o povo negro, mas, sim, para fazê-lo objeto no lugar de sujeito da ciência. (JUNIOR, 2013, p. 3)

Na contemporaneidade se vê um movimento que faz a tentativa de resgatar e positivar as memórias dos afrodescendentes por meio da produção e disseminação de informações *sobre* esta população, *para* esta população e *por* esta população. (SILVA, 2017)

Cientes das problemáticas referentes à sub-representação ou até mesmo sobre o apagamento destas memórias, autores propõem conceitos e metodologias para compreender pesquisa e ação com enfoque na temática étnico racial na Ciência da Informação. Oliveira (2012), reiterando o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, propõe que este poderia ser um campo para costurar as relações entre informação, raça e etnia. A partir de revisão bibliográfica, constata a ausência do termo *informação étnicorracial* e propõe sua conceitualização a partir da Teoria do Conceito de Dalbergh. A informação étnicorracial (com recorte para população afro-brasileira), contribuiria para a construção de memórias sobre a população afrodescendente e de alguma forma diminuir a discriminação racial.

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana. Operacionalmente, o conceito de informação étnicorracial incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico. (OLIVEIRA, 2012, p.487)

É importante salientar que **negro** é compreendido como categoria social e política, histórica, para além de traços físicos. Informar também passa pelo processo

de compreender e construir uma identidade individual e coletiva:

[...] uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos de um grupo étnico/racial, sobre si mesmo a partir da relação com o outro. (CARDOSO, 2010, p. 5).

O processo de informar seria responsável por reconstruir as memórias sociais e mudar percepções cognitivas acerca dos indivíduos negros na sociedade. Se a Ciência da Informação tem como premissa o estudo do comportamento, propriedades e efeitos da informação nos indivíduos, sejam elas em diversos dispositivos, Aquino (2010) sugere que também se crie uma política pública de informação para públicos específicos.

Negligenciar a inclusão dessa população nessas políticas é destituir o negro de sua condição de sujeito, reduzindo a sua representação nas instituições públicas e nos diversos setores do cotidiano da sociedade brasileira. (AQUINO, 2010, p. 33)

É necessário pensar na relação informação e sociedade nas atividades de produção e disseminação da informação dos grupos que estão à margem da sociedade. Ao discutir relações étnico - raciais, coloca-se os sujeitos até então “marginalizado” (a condição de marginalizado seria algo imposto, nesse sentido) para o centro das discussões, produções etc., valorizando seus conhecimentos e saberes, que por serem distintos, não podem ser inferiorizados ou esquecidos. (AQUINO, 2010; GOMES, 2016)

## **5. 2 Repensando Memória e Patrimônio**

A memória celebrada através de rituais também será entendida e compreendida como fundamental para circunscrever como coesão de uma comunidade tradicional, como a comunidade afro-brasileira. Ao serem preservadas e definidas enquanto patrimônios, que podem ser para além de documentos físicos, práticas, religiões, idiomas etc., passam a compor uma história do meio social. Ao pensar em histórias e nas estratégias de rememoração através de patrimônios, é necessário considerar que patrimônio começa e termina nas pessoas, por elas foram criados, definidos, esquecidos e lembrados, por isso sugere-se que o ato de preservar também deveria estar ligado ao de compreender as diversidades.

É necessário observar também que a preservação é uma ação subjetiva, resultante de escolhas e tomadas de decisão, e mesmo quando o Estado estabelece o escopo de elementos a serem preservados, está exercitando subjetividades e vontades. Ao pensarmos em preservação de memórias coletivas, não podemos perder de vista que a memória do grupo é individualizada e marcada por subjetividades, fruto do grau de experiência, proximidade e empatia que cada pessoa tem com o que é lembrado. (CUNHA, 2017, p.80)

Os patrimônios (bens materiais e imateriais) são projetos de um desejo de manutenção de memórias passadas, se tornam os lugares que representam o que já foi vivido, e que de alguma forma traduzem desejos de uma coletividade que os seleciona com o objetivo de apreender fatos vividos pelos atores sociais. Objetos, lugares, artefatos, enquanto documentos, são também bens passíveis de patrimonialização. Compreendendo que dentro de Ciência da Informação estes objetos estariam nos dispositivos de informação, que são espaços detentores de memória coletiva:

[...] patrimônio faz parte do cotidiano do indivíduo, que ao longo da história sentiu a necessidade de reestabelecer o passado, transmitindo seus saberes e tradições no presente, com o propósito destas serem perpetuadas. (AGUIAR, 2019, p. 4)

Ao falar sobre ritos religiosos, Britto (2019) reflete sobre o processo de patrimonialização, e de como este é seletivo e da ordem da escolha, intuindo aquilo que seria ideal ou moral para se conservar como narrativa de uma nação. Trazendo o conceito de *patrimônio não consagrado*:

[...] vinculado ao esquecimento que a política federal de patrimônio no Brasil destinava majoritariamente à cultura popular, às matrizes indígenas, afro-brasileiras e imigracionistas, contribui para uma outra problematização sobre as interfaces entre a Ciência da Informação e o campo do Patrimônio. (BRITTO, 2019, p. 435)

Os mitos repassados através do processo de oralidade, são formas de ativar essa memória. Pelos mitos, a memória do grupo é transmitida, fortalecida e revivida. A cosmovisão africana é baseada na ciclicidade e continuidade, os saberes não se esgotam, são revividos e repassados de geração em geração.

[...] é preciso reavivar estas memórias das quais todos participam. Essa é uma função das narrativas orais que através dos relatos de experiências via

oralidade rejeita o silêncio e nos mostra que a história contada pode ser outra (CARDOSO, 2011, p. 3385).

O terreiro, por exemplo, seria um lugar onde se aloca e revive as memórias afro-brasileiras. Seria o espaço de resistência cultural e coesão social. Foi nos terreiros que os diversos grupos étnicos, identificados de modo geral como “Nagô” conseguiram preservar suas raízes culturais (além de religiosas) e conservar o ideal de comunidade. (OLIVEIRA, 2008).

O Acarajé (comida ancestral, sagrada, dentro da religiosidade afro-brasileira), como patrimônio cultural brasileiro, enquadra - se em um sistema simbólico relacionado à sua comunidade de pertencimento (como visto em Gondar, 2010 sobre a definição de um objeto cultural como patrimônio ao pensar no seu simbólico), assim como tantos outros. Ao comparar o alimento à prática de Sacrifício Animal, rito praticado dentro dos terreiros que também é simbólico, e constatar que este não se enquadra como patrimônio, o autor questiona:

Como se dá o processo de passagem de uma memória (ou lugar de memória) para uma referência cultural, um símbolo de uma nação? Que agenciamentos estão envolvidos nesse processo de patrimonialização/arquivamento? Quais silenciamentos são produzidos a partir dessa dinâmica? (BRITTO, 2019, p. 443)

No campo do patrimônio, existiriam forças atuantes, muitas vezes contraditórias, ao elencar os objetos culturais. O que revela um processo ideológico de escolha dos símbolos que seriam dignos ou não de representar a ideia de uma nação, como dito em Hall (2006) ou o ideário de construção de nação. A história do patrimônio no Brasil também não seria isenta de tais ideais. Conhecimentos tradicionais e ou de povos afro-brasileiros foram descartados ou relegados ao lugar de exótico, neste processo histórico.

Neste sentido, a patrimonialização sacraliza aquele determinado bem que passa a ser digno de representar uma sociedade ou uma cultura, ao passo que relega ao esquecimento (ou silenciamento) diversos outros candidatos a símbolos culturais nacionais. Portanto, dizer o que pode ser eleito como patrimônio material ou imaterial significa determinar o que é digno (ou indigno) de representar a nação. (BRITTO, 2019, p. 445)

Assim como o processo da memória, o autor utiliza o conceito de **Anarquivamento**: processo de agenciamentos e escolhas, do que é digno de ser lembrado. No caso do Brasil, produtos culturais afro – brasileiros (práticas, ritos, danças, etc.) foram proibidos, e quando não, apreendidos e categorizados como objetos bizarros, etc. Sabe – se que para haver a lembrança é necessário o esquecimento, porém é preciso refletir que o esquecimento é ideal para um projeto anterior de construção de conhecimento, que silencia. Neste processo haveria atos intencionais de: “[...] silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto o da própria memória”. (HUYSSSEN, 2014, p. 158 apud BRITO, 2019, P. 446)

Preservar é algo necessário, porém “arriscado”, uma vez que se faz pela necessidade, mas neste processo é preciso selecionar, assim, Patrimônio não representará toda e qualquer memória. Os dispositivos de informação (Bibliotecas, Arquivos e Museus) deveriam possuir acervos que trazem a memória histórica, cultural e social de um povo. Contribuindo para a sociedade através da organização, disseminação e uso destas informações (AGUIAR, 2019). Portanto, é importante que se estabeleçam políticas patrimoniais e se procure alternativas que resultem em preservação mais próxima das realidades complexas dos mapas de memórias e das subjetividades individuais e coletivas.

### **5. 3 Organização da Informação e do conhecimento sob a perspectiva étnico - racial.**

Sabe – se que a Ciência da Informação trabalha com suportes materiais, sendo impossível preservar, organizar e difundir narrativas que estejam contidas somente na memória do indivíduo. Endossando as discussões sobre memória e informação afro-brasileira, pesquisadores, apresentam a possibilidade de organizar e difundi-las através da organização do Conhecimento e Informação, fazendo análise e crítica aos Vocabulários Controlados, Representações Descritivas e Sistemas de Classificação, evidenciando a ausência de uma abordagem apropriada para o tema nestas áreas.

Para compreender o universo da produção de conhecimento, Cardoso (2010) referenciando se em Orlandi (2007) recupera o conceito de **Silenciamento**. Onde admite que na história há informações que foram ignoradas, recortes no momento de

transmissão. Silenciamento “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis [...]” (ORLANDI, 2007, p.73 apud CARDOSO, 2010, p. 9)

Pensando no *silenciamento* como algo intencional, diferentemente ou não da ideia de esquecimento, (HOLLANDA, 2010), tem –se como imperativo que silenciou-se historicamente as lutas, resistências e processos culturais da população negra, permitindo que no universo do campo cultural se consumisse e compreendesse a formação do mundo tendo como base a Europa. O reflexo dessa prática seria a retirada do direito de todos os brasileiros de afirmar e se ver representados nos valores, saberes e tradições africanas e afro-brasileiras, bem como ocorreu, também, com a memória indígena. (CARDOSO, 2010)

Os estudos de recuperação da informação registrada estão intrínsecos na Ciência da Informação, porém, esta concebida como ligada à ciência e tecnologia, ou ao uso e emprego da tecnologia para o acesso da informação, desconsideraria o conhecimento ou saber popular (CARDOSO, 2011). Desta forma como pode-se trabalhar a questão étnico-racial, os conhecimentos e saberes populares dentro dos dispositivos, se considerar os apagamentos históricos?

Organização da Informação e Conhecimento (OIC), se configura como uma disciplina científica voltada a desenvolver técnicas, instrumentos e processos para tratamento e recuperação da informação. Na concepção de Dahbelg, ORC é um campo científico que sistematiza os conceitos conforme suas características. (CARDOSO, 2010) Este campo lida com aspectos intrínsecos e extrínsecos à cognição humana, mais diretamente ligado ao uso da linguagem natural como veículo de comunicação, esse campo de estudos estaria voltado aos aspectos semânticos dos conceitos e suas relações. (BRASCHER, 2012 apud CARDOSO, 2010)

Santos (2020), se referenciando em García Gutiérrez (2011), reitera que o conhecimento é pluralista, porém hierarquizado. Neste sentido, conhecimentos eurocêntricos seriam considerados mais relevantes em detrimento de outros saberes, o que dentro de Ciência da Informação, implicaria em uma representação limitada destes conhecimentos diversos nos instrumentos de organização. Quando são minimamente representados, não o são de uma maneira favorável. O conhecimento relacionado à História e Cultura Afro-Brasileira tem sido negado ao longo do tempo

por posições ideológicas, com o intuito de manter a superioridade do conhecimento europeu (GONZALEZ, 1988). Sugere-se, que os conhecimentos são retratados, ou representados de maneira “marginal”, e a população afro – brasileira e indígena são imaginadas apenas como objetos a serem estudados. No pensamento ocidental, as culturas ditas tradicionais, são consideradas apenas objetos de estudo da ciência, por serem conhecimentos ditos não válidos, ou não científicos por si só. (LIMA, 2019)

Atualmente, como resposta ao processo de globalização e inserção tecnológica e informacional, aproxima-se múltiplas perspectivas econômicas, sociais e culturais nos campos e metodologias organizacionais, torna-se fundamental pensar sobre posicionamento ético e dimensão social que permeia as práticas de Organização e Representação do conhecimento (SANTOS, 2020). Ao compreender a formação racial no Brasil, as autoras Lima (2019) e Santos (2020) afirmam que os sistemas e ferramentas de organização em relação ao universo de conhecimentos, memórias e cultura afro brasileiro, não estão isentos de pré - concepções, racismo e apagamentos intencionais.

No entanto, questionamentos dos críticos dos sistemas de organização do conhecimento, partiam da problemática de que os sistemas de representação, em especial os ditos universais, os Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Universal (CDU), não dão conta de representar a realidade. (LIMA, 2019, p. 11)

No caso de CDD e CDU (Sistemas de Classificação Decimal), de acordo com análise de Lima (2019) ampliou – se a produção de publicações sobre cultura afro – brasileira a partir do sancionamento da Lei 10639 sobre ensino e cultura afro-brasileira nas escolas, porém com esse crescimento exponencial dificultou – se o processo de organização da informação e do conhecimento, primeiro por seu caráter limitado e segundo pela subjetividade das pessoas e organizações responsáveis por utilizar essas ferramentas. Sistemas de classificação bibliográfica, enquanto sistemas de instituição informacional, inferem uma subjetividade humana, e possuem os valores morais de quem o constitui. (FURNER, 2007 apud SILVA, 2017)

Nessa acepção crítica, entendemos que o racismo e outras formas de discriminação podem permear o processo de representação de grupos afrodescendentes dimensionados e tencionados cotidianamente numa

relação dominante do poder branco sobre a população ou grupos negros, os outros. Tão grave quanto as escolhas equivocadas ou intencionalmente feitas para representar o conhecimento negro, majoritariamente feitas por brancos, esta subrepresentação e ausência de grupos minoritários possivelmente tem ocasionado o ocultamento deles na realidade (SILVA, 2018, p. 216)

Ao pensarmos na diversidade do Brasil, Lima (2019) sugere uma perspectiva multiculturalista para aplicar nos instrumentos de organização da informação, como forma de garantir e permitir que os múltiplos conhecimentos estejam e sejam difundidos pelas instituições. Multiculturalismo seria:

[...] um reconhecimento dos saberes produzidos por diferentes atores sociais que são representados como categorias sociais subalternas em relação ao homem, branco, cristão e heteronormativo. (LIMA, 2019, p. 4)

Porém, de alguma forma é desafiador refletir sobre os limites dos sistemas de organização, como podem distanciar-se de um viés eurocêntricos, para uma compreensão do mundo, e representação de subjetividades?

Assim como uma sociedade é estruturada, sistematizada e institucionalizada por meio do racismo, os instrumentos de representação do conhecimento também o são, bem como os dispositivos que utilizam deste instrumento para organizar as informações. As autoras (LIMA, 2019) sugerem que a representação limitada nos SOCs dos múltiplos conceitos existentes no campo dos estudos Afro-Brasileiros, pode dificultar a indexação dos materiais relacionados à temática interferindo na recuperação dessas informações. Um destes sistemas de Organização do Conhecimento seria o Tesouro que assim pode ser definido como:

Vocabulários controlados formados por termos-descritores semanticamente relacionados, e atuam como instrumentos de controle terminológico. Os tesouros podem estar estruturados hierarquicamente (gênero-espécie e todo-parte) e associativamente (aproximação semântica), e são utilizados principalmente para indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo. (Café, 2009, p. 102 apud SANTOS, 2020, p. 4)

Ao analisar Tesouros de instituições públicas, Santos (2020) conclui que as linguagens de organização do conhecimento não atendem as necessidades específicas e de importância terminológica da população negra. Isso ampliaria a exclusão destes conhecimentos, pois não existiriam terminologias que pudessem

atender as necessidades de pesquisa. Como conclusão sobre os sistemas de organização, os autores pressupõem que a Ciência Informação: “[...] pode contribuir para a compreensão das relações entre informação, raça e etnia, em função da redução do preconceito racial, discriminações e racismos”. (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 1).

#### **5. 4 Desenvolvimento de coleções e mediação: alternativas para preservação e difusão de memórias afro-brasileiras**

Na tentativa de analisar a Ciência da Informação e seus instrumentos, toma-se a Biblioteca enquanto dispositivo para estudos de caso e para estabelecimento de práticas de organização e desenvolvimento de ações culturais que objetivem trazer à tona subjetividades. Gomes (2016) defende que a Biblioteca deve ser um lugar de fundamental importância para a reconstrução da identidade negra. Reflete-se sobre a história da constituição da biblioteca como estrutura elitizada, construída em ideais conservadores que buscavam guardar um conhecimento específico.

[...] biblioteca, com raras exceções, segue reproduzindo um comportamento excludente, pois desde a sua concepção está ligada à pequena parcela da população que detém a posse do poder econômico e dessa forma corrobora com o silenciamento da produção intelectual e cultural dos grupos excluídos e conseqüentemente desse grupo étnico, pois essa exclusão não se dá apenas na relação de classes, mas também na exclusão intelectual e na hierarquização dos saberes. (GOMES, 2016, p. 747)

A autora defende a inserção do conceito de **Afrocentricidade** nos fazeres e pensar para uma Ciência da Informação interdisciplinar. Colocaria a população negra no centro das discussões sobre o processo histórico de produção de conhecimentos e saberes, valorizando sua memória, cultura e ancestralidade para além do processo de escravização. A afrocentricidade é:

[...] um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe as (os) africanas (os) como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. (ASANTE, 2009, p. 96 apud Gomes, 2016, p. 749)

Assante (2009) aponta algumas perspectivas para entender a abordagem desta teoria. O indivíduo afrodiaspórico, desapropriado de sua história de origem precisaria se **localizar psicologicamente**, entendendo sua identidade: “Quando o povo negro

tem como eixo central o reconhecimento identitário da sua ancestralidade e valores, este torna-se sujeito, protagonista da sua história e não objeto, algo a ser observado e retratado por outros.” (GOMES, 2016, p. 740).

**Reconhecer seu passado:** Só é possível o presente quando este indivíduo se reconhece no passado; **Valorização dos elementos culturais africanos** como parte do patrimônio da humanidade; **Compromisso com o refinamento léxico**, no sentido de desvelar e corrigir as distorções decorrentes do processo de escravização. **Assumir compromisso com uma nova narrativa sobre a história da África e relação com a Europa.** Esse olhar seria importante para pensar práticas e soluções para a Biblioteca enquanto espaço educacional.

A partir de articulações e mobilizações de movimentos sociais afro-brasileiros, foram aprovadas duas legislações importantes que modificam e potencializam as ações educacionais e informacionais. Em 2003 houve a aprovação da Lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, e em 2010 a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Uma das consequências da luta antirracista é a Lei nº 10.639, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Essa Lei surgiu como alteração da Lei nº 9.834/96 e assim passou a ser a Lei nº 10.639/03 que se consubstancia no Parecer CNE/CP 03/2004 e na Resolução n. 01/2004 ao CNE e que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais (BRASIL, 20014) e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. (SILVA, 2017, p. 200)

A Biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade. Por ser uma instituição social, é construída com ideologias e formas de relacionamento existentes nas interações sociais. Sendo assim, considerando as características da formação social brasileira, A Biblioteca também seria um espaço de perpetuação de racismo institucional (CARDOSO, 2015). A educação das relações étnico-raciais envolve toda e qualquer discussão que busca a igualdade, principalmente nos ambientes educacionais, lugar este em que o respeito, a educação e o exercício dos direitos e deveriam coexistir. (SILVA, 2017).

Ao relacionar a Biblioteca às atividades educacionais, compreende-se que deve-se promover o acesso dos leitores ao acervo e às atividades, para que a comunidade se sinta parte fundamental da construção deste espaço. Carmo (2012) e Lima (2018), em trabalhos distintos sobre Política de Desenvolvimento de Coleções em unidades de informação, sugerem que uma das alternativas para abordar a temática supracitada é no investimento em um acervo teórico e literário que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil e que destaquem a representatividade positiva desta população. Para além do acervo, se desenvolveriam ações sócio educativas, contribuindo na formação dos indivíduos, através da mediação de leitura, principalmente dos livros escritos por autores e autoras negras. (SILVA, 2019)

Gomes (2016) e Silva (2017) sugerem que as bibliotecas devem oferecer subsídios que supram a necessidade da comunidade, promovendo divulgação dos materiais, interação com os usuários e diálogos sobre respeito a diversidade, tornando-se de fato um espaço democrático. Cardoso (2015) explica que uma biblioteca que pretenda ser democrática, precisa assumir a diversidade étnico cultural do contexto em que está inserida, analisando criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e, principalmente, identificar as histórias silenciadas.

Estes dispositivos são uma estratégia de inclusão de outros saberes que possibilita tornar a biblioteca mais multicultural e portanto democrática. Sem um instrumento normativo que norteie ações voltadas para grupos marginalizados impossibilita que a biblioteca possa atender um público de uma maneira igualitária, já que ainda se perpetua no imaginário social o mito da democracia racial, onde as práticas racistas são vistas como algo comum e no entanto natural. (LIMA, 2017, p. 340)

Almeida Junior (2008) apresenta uma possibilidade de análise, ao conceber que objeto da Ciência da Informação é a **Mediação** mais do que a Informação. O autor defende que o profissional da informação trabalha com a informação registrada em suportes físicos, mas também, com oralidade e com ação cultural, e que a Ciência da Informação não pode se restringir à primeira. Assim, é possível pensar que relacionar todos os atravessamentos de conhecimentos e memória, será importante para compreender e ter informação para além da sua materialidade. A mediação estará na

construção do dispositivo, no planejamento das ações cotidianas que vão desde o aprendizado na universidade e desencadeiam nas ações diárias dos profissionais.

### **5. 5 Revisitar o passado no presente para construir um futuro na Ciência da Informação**

A partir dos artigos analisados, foi possível delimitar as áreas em Ciência da Informação em que se incidem as temáticas do conhecimento, memória e informação afro-brasileira. Com reflexões importantes, autores e autoras lançam um olhar para: o ensino de *Biblioteconomia*, para *Políticas Públicas de Informação*, *Políticas Patrimoniais*, *Desenvolvimento de coleções*, *Instrumentos de Organização do Conhecimento e Informação* e das ações e fazeres do *profissional da informação*, no âmbito da *Mediação da Informação e Educação*.

Percebe-se que os estudos estão voltados principalmente ao aspecto de construção de uma identidade, ou desmistificação do que se construiu sobre a identidade negra (MUNANGA, 1990). Não se fala necessariamente nos produtos culturais, ou na manifestação material dos mesmos, fala-se de um conhecimento e memória em um plano teórico, a partir do que se pode acessar pelo documento escrito. (Ex.: Livros). Não há uma ênfase específica ou explicitação do que seriam os produtos culturais pertencentes à essa identidade como música, ritos, oralidade, apesar de ser sabido que existem estes produtos. Em relação aos patrimônios, são representados nos estudos sobre o Candomblé, que sintetizam a compreensão de unicidade a memória social compartilhada nestes espaços e a manutenção e criação de saberes tradicionais.

Entendendo que não é possível abordar de forma adequada os saberes ancestrais ou trabalha-los especificamente, pois ancorados numa ideia de construção imagética e subjetiva (mesmo estando na ordem do social), não são abordagens para a Ciência da Informação, tendo em vista a limitação dos processos de organização que são voltados para produtos e não necessariamente para manifestações do indivíduo, a não ser que se registre por algum meio. Porém, também, mesmo que registrado, os Instrumentos de Organização não dão conta de abarcar estas diversidades, por sua construção ideológica, seletiva, como visto em Santos (2020) e

Lima (2019).

Percebe-se que é uma temática “recente”, mas que tem avançado, graças aos pesquisadores e seus núcleos de pesquisa que têm se desdobrado para questionar o campo e produzir conhecimentos que sirvam de referência para produções futuras. Fruto da preocupação recente nas Ciências Humanas, os estudos identitários de alguma forma se inserem nas universidades e linhas de pesquisa. Observando a produção na Ciência da Informação, verifica-se uma preocupação do acesso à informação para o indivíduo, que inserido num contexto de desigualdades sociais, sente necessidade de reconhecer – se e conhecer sua história e também reinserção como indivíduo informado, consciente e passível de ascensão social.

Ao retomarmos o conceito de Memória atrelada à informação e conhecimento produzido dentro de um núcleo social, bem como os produtos culturais produzidos a partir dessas interações, (documentos, monumentos, expressões) que representam ou tentam traduzir uma identidade, percebe-se que esta disciplina está implícita em todas as discussões. Ao falarem sobre *Afrocentricidade* e seus conceitos, ou utilizando as leis institucionais, de alguma forma os autores evocam essa Memória. A lei que versa sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira (Lei 10639 de 2003), abre uma gama de possibilidades, para que, profissionais da informação em diversos contextos, possam traduzir essas proposições em ações como mediações culturais, na inserção de atividades artísticas, desenvolvendo metodologias educacionais (ainda não descritas ou metodologicamente explicitadas nas pesquisas) mas que de alguma maneira, formem e informem os indivíduos sobre a história e cultura.

A abordagem dos artigos evidencia uma ideia de *apagamento* (GONZÁLEZ, 1988) *silenciamento* (BRITTO, 2019; CARDOSO, 2010; GOMES, 2016) e *esquecimento* (HOLLANDA, 2010) não intencional, mas perpassa por uma ideia de escolha do que se mantêm ou não, ou do que seria relevante ou não para expressar uma memória coletiva. A metodologia é investigar os mais diversos campos da Ciência da Informação e constatar essa ausência. Ausência de um olhar voltado para as diversidades na organização dos conhecimentos, de métodos e abordagens em instituições, ausência de disciplinas que versam sobre a temática, ausência de livros e outros objetos informacionais nas unidades de informação. Os artigos fazem críticas e questionam constantemente o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação,

pois aparentemente sua origem notadamente tecnicista (SILVA, 2017) não permitiu criar interlocuções com as pautas identitárias. Reconhece-se o racismo e discriminação desde a formação: das universidades até às unidades de informação, na figura dos profissionais e nas práticas organizacionais, evidenciando a faceta institucionalizada deste.

Os artigos explicitam a diversidade dos conhecimentos e propõem discussões que refletem como a memória poderia ser amplamente alocada nos espaços seja repensando políticas de patrimônio, ou até mesmo desenvolvendo novas formas de organizar essa informação. É interessante pensar que esse movimento atual de pesquisa se volta inicialmente a reiterar a importância e afirmar a existência destes conhecimentos, antes mesmo de classificá-los ou propor métodos. Demonstra que a área ainda não é abrangente no que diz respeito à maior parte da população Brasileira.

De qualquer forma, é um debate urgente que encontra na teoria da pós-modernidade terreno fértil para reflexões. Nesta, há a ideia de que tudo se renove, que identidades estão em constante intercâmbio, sendo construídas e destruídas na mesma medida (HALL, 2006). Mas como falar de manutenção de tradições e memórias quando existe uma desigualdade de representações e manutenções de narrativas em sociedades coloniais? Como validade, se prima pelo modelo eurocêntrico de conhecimento, ou hierarquiza produções como mais ou menos científicas, que muitas vezes dita a ideia de que não há razão ou processo metodológico em um saber popular ou dito tradicional (SANTOS, 2014), porém foram, também, conhecimentos fundamentais para a criação de uma dita “identidade nacional”. Mas existiria uma identidade nacional, ou somente uma ideia sobre, representada em instituições e ou documentos oficiais?

A partir deste escopo pesquisado, nota-se que nestes artigos não há uma proposição metodológica, como um manual para inclusão nas disciplinas sobre memória ou conhecimento afro-brasileiro, por exemplo, ou uma proposta de sistemas de classificação, modelos de tesouros, e ações que possam ser desenvolvidas nas unidades de informação. Existem relatos de experiências na construção de acervos, em bibliotecas especializadas. No geral, fazem uma observação e constataam a ausência das temáticas nas mais diversas áreas de Ciência da Informação. Porém, marcam um início para que pesquisas futuras possam ser mais propositivas.

O objetivo não seria unicamente erradicar o racismo, que histórico e estrutural permeia diversos setores da sociedade brasileira, e somente a Ciência da Informação não daria conta desta demanda, porém, estas pesquisas comprovam também que se perpetua o preconceito e discriminação na área, através da não existência ou reconhecimento da importância de abordar estas memórias, quando nem se visibiliza esses conhecimentos nas instituições ou no processo formativo, dando a entender que existe uma história única e homogênea sobre a cultura nacional, desconsiderando a diversidade, pluralidade e os diversos agentes sociais que compõem o país.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do trabalho foi discutir sobre memória, patrimônio e conhecimento Afro-Brasileiro a partir da perspectiva da Ciência da Informação, compreendendo se que é um campo de estudo sobre o fenômeno da informação na sociedade. Para responder o questionamento, sobre qual abordagem memória, patrimônio e cultura afro-brasileira incidiam no campo, tinha – se como hipótese de que, dado o contexto socio histórico das desigualdades raciais fruto do processo de colonização e escravização, a população afro -brasileira não teria acesso garantido de suas memórias por dois motivos: pela falta de registro, pensando que muitos desses saberes não foram formalmente registrados, ou foram apagados da historiografia oficial, e pela desigualdade econômica contemporânea. Como desafio de observação tinha – se este questionamento: Como é possível preservar e difundir essas memórias, patrimônios e garantir o conhecimento sobre esta cultura?

Com o objetivo de analisar como os temas supracitados incidiam em Ciência da Informação, buscou – se compreender o que seriam as memórias deste grupo, fazendo uma discussão sobre memória social, que melhor define uma ideia de coletividade e identidade. Para situar, foi preciso compreender o conceito de patrimônio e cultura, e ainda compreender a incidência nos dispositivos de informação.

Para este fim, analisou – se o repositório de Ciência da Informação, a Base de dados Brapci, que reúne produção de pesquisadores de diversos estados e de distintas áreas. Para a pesquisa inicial, utilizou-se o termo descritor “Afro” no campo de pesquisa, compreendendo que somente este termo definidor seria abrangente para coletar os artigos necessários, uma vez que é o tema central deste trabalho. Posteriormente à uma análise e seleção dos artigos, desenvolveu-se uma leitura crítica para levantar as principais temáticas onde se incidem a questão da memória afro. Os principais temas foram: Paradigma Científico e formação acadêmica, Políticas públicas, Organização da Informação e Conhecimento, Desenvolvimento de coleções e Ação Cultural.

Tinha – se como hipótese que conhecimento, memória e conhecimento afro – brasileiro não foram apropriadamente salvaguardados ou até mesmo não foram

mantidos como fundamentais na constituição histórica. Prática e bens culturais produzidos, foram esquecidos, destruídos e na contemporaneidade os descendentes de africanos buscam reafirmar sua identidade através destes símbolos. A desigualdade social existente seria, também, um impeditivo para que se acessem estes conhecimentos, mantidos em poucas instituições.

A partir desta pesquisa foi possível compreender e reiterar a hipótese sobre a problemática das desigualdades étnicas dentro da sociedade e os impactos que causam à difusão das memórias e acesso da população afro – brasileira. Há uma produção científica, porém muito restrita e fomentada por poucos pesquisadores. Não é uma área muito consolidada, ainda não inseriu-se massivamente nas formações, nos métodos de organização e atuação profissional, oferecendo subsídios para estudantes e profissionais da informação pensarem e desenvolverem ações dentro da Ciência da Informação e não em áreas transdisciplinares.

Os artigos são extremamente relevantes e fundamentais, marcam o início de uma pesquisa que futuramente estará amadurecida e amplamente difundida na academia. Acredito que tenha a ver com a inserção gradual nas universidades de pessoas negras e de diversas origens que notam a ausência de temáticas que os tocam e ousam propor uma ruptura com o tradicional. É possível inferir que a memória afro brasileira, bem como patrimônio, e processos culturais de conhecimentos que a consolidam são importantes temas a serem tratados, inseridos e discutidos, caso haja a utopia de uma igualdade, respeitando as diversidades no seio das instituições, fazeres e teorias da Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. C.; JESUS, J. Gestão informacional do museu afro-brasileiro de sergipe (mabs) e a salvaguarda do patrimônio cultural da cidade de laranjeiras/se. **Revista Fontes Documentais**, v. 2 n. 2, n. 2, p. 7-23, 2019. Disponível em: <<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/439>>. Acesso em: 21 jul. 2020

AQUINO, M. A. A inclusão afrodescendente na era da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 61-75, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1638>>. Acesso em: 21 jul. 2020

AQUINO, M. A. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1629>>. Acesso em: Acesso em: 21 jul. 2020

AQUINO, M. A.; COSTA, A. R. F.; WANDERLEY, A. C. C.; BEZERRA, L. T. S.; LIMA, I. F.; SANTIAGO, S. M. A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente. **Inclusão Social**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/100940>> Acesso em: 21 jul. 2020.

AQUINO, M. A.; JÚNIOR, J. F. S.; SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Comunidades virtuais de música como subsídio para a construção da identidade afrodescendente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 1, p. 75-89, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v19n1/06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020

AQUINO, Mirian Albuquerque; PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação da memória. **PontodeAcesso**, v. 6, n. 2, p. 110-135, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4824/4559>>. Acesso em: 01 jul 2020

BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cíntia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2136/O%20DOCUMENTO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BRITTO, C. C.; LIMA, K. J. M. Sacrifício ritual nas religiões afro-brasileiras: reflexões sobre patrimonialização, memória e anarquivamento. **Informação & Informação**, v. 24, n. 3, p. 433-451, 2019. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/35621/pdf>>.

Acesso em: 13 jul. 2020.

CARDOSO, F. C.; NÓBREGA, N. G. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/paper/view/1129>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CARDOSO, Francilene do Carmo. Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública. In 2013. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. Disponível em: < <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2226?show=full>>. Acesso em: 13 jul 2020.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Gonçalves da. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011. Niterói. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2187/A%20biblioteca%20-%20Cardoso.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jul 2020.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. **Revista do centro de pesquisa e informação**, n. 5, set. de 2017. Disponível

em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4e6f109d/d1c0/4350/953c/c36cbae0f9fc.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/13122>>

Acesso em: 01 jul 2020.

FRAGOSO, Ilza da silva et al. Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9049>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FRAGOSO, Ilza da Silva; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/66?show=full>> Acesso em: 15 mar. 2020.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. A visão Bântu Kôngo da sacralidade do mundo natural. Tradução por Valdina Pinto. Salvador, mimeo, 1998. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/425286786/A-VISAO-BANTU-KONGO-DA-SACRALIDADE-DO-MUNDO-NATURAL-pdf>>. Acesso em: 01 jul 2020.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, Ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S010019652006000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010019652006000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 738- 752, 2016. Disponível: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1216/pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.

HOLANDA, Adriana Buarque. **Memória e esquecimento na ciência da informação: um estudo exploratório**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação

em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020

JÚNIOR, J. F. S.; SEVERO, R. P.; AQUINO, M. A. Imagens de exclusão de negros /as em produção de conhecimento nas universidades públicas. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 3, p. 78-92, 2013. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/69210>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LIMA, G. D. S.; ALMEIDA, C. C. Abordagens socioculturais na organização do conhecimento :subsídios teóricos para representação da cultura afro- brasileira. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101894>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LIMA, G. D. S.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; SILVA, A. S.; SOUZA, G. K. S. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 88-103, 2018. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

LIMA, Valdir. Cultos Afro-Brasileiros na Paraíba: memória em construção. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 2, p 56-63, 2015. Disponível em: <[www.brapci.inf.br/index.php/res/download/42820](http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/42820)>. Acesso em: 15 jun 2020.

MARTELETO. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613/615>>. Acesso em: 20 mai. 2020

MUNANGA, K. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, v. 33, p. 109-117, 30 dez. 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111217>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória**: um lugar de diálogos para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, set. 2009. ISSN 1981-2434. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/385>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em revista**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3336>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

OLIVEIRA, Maria Cristina G. Construção, praticas e identidades da ciencia da informação. Recife: Nectar, 2018.

PEREIRA, Felipe Caldonazzo de Almeida; SERAFIM, Jucenir da Silva; MOLINA, Letícia Gorri. Memória para a ciência da informação: um trabalho interdisciplinar. In SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11, 2016, São Paulo. Proceedings (...). São Paulo: Blucher, n. 4, v. 2, p. 1256-1267, 2016. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/memria-para-a-cincia-da-informao-um-trabalho-interdisciplinar-23668>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 24 Jul. 2020.

SANTANA, V. A.; AQUINO, M. A. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16695>>. Acesso em: 24 Jul. 2020.

SANTOS, A. D.; COSTA, A.; BARROS, C. M.; VITAL, L. P. Representação terminológica da população negra em tesouros. **Informação & Informação**, v. 25, n. 1, p. 254-275, 2020. Disponível

em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/35453>>. Acesso em: 24 Jul. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza; PAULA, Meneses Maria. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, A. S.; FONTES, S. R. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da lei nº 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 199-214, 2017. Disponível em: < <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71829>>. Acesso em : 28 jul. 2020.

SILVA, A. S.; KARPINSKI, C. O contexto informacional dos núcleos de estudos afro-brasileiros: analisando o facebook como uma fonte de informação étnico-racial. **Liinc em revista**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4288>>. Acesso em: 28 jul. 2020

SILVA, A. S.; LIMA, G. D. S. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 2, p. 333-344, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7389303.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SILVA, F. C. G.; PIZARRO, D. C.; SALDANHA, G. S. As temáticas africana e afro-brasileira em biblioteconomia e ciência da informação. In **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/104859>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SILVA, F. S.; PAIVA, E. B. Memória afro-brasileira e indígena: pesquisa da produção científica em ciência da informação. In **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103536>>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C. C. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no brasil. In **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <[http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/446](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/446)>. Acesso em: 24 jul 2020.

SILVA, Franciele Carneiro Gárces. **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Livro-Bibliotecarios-negros.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOARES, Cecília C. M. Memória Afro, Identidade, Territorialidade e Espaços Museais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 53, n. 9, mai 2017. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5890>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TANUS, G.; TANUS, G. F. S. C. As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102138>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SARAIVA, Adriana. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos.** 2017. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Sá, Camila Araújo  
Cultura Afro-Brasileira, memória e patrimônio : uma análise  
a partir da Biblioteconomia e da Ciência da Informação /  
Camila Araújo Sá ; orientador, Marivalde Moacir Francelin.  
-- São Paulo, 2020.  
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de  
Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes /  
Universidade de São Paulo.

Bibliografia  
Versão corrigida

1. Memória Social 2. Cultura Afro-Brasileira 3. Patrimônio  
4. Identidade 5. Ciência da Informação I. Francelin,  
Marivalde Moacir II. Título.

CDD 21.ed. - 020

---